

Congresso diz como o homem contamina a Amazônia

Um assunto que não encabeça a lista dos mais discutidos problemas da Amazônia, mas que é um dos principais responsáveis por sua devastação, foi a tônica do segundo dia do congresso "Necessidades, Pesquisas e Estratégias para o Desenvolvimento Auto-Sustentável da Amazônia", que começou no domingo, em Manaus: o desorganizado sistema de transportes que serve a região, duramente atacado pelo geógrafo Roberto Schmidt de Almeida, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o geógrafo, uma série de problemas ecológicos e sócio-econômicos da Amazônia pode ser imputada a um sistema de transportes pouco racional, que em vez de privilegiar os inúmeros rios amazônicos, voltou-se, principalmente, para a construção de estradas cortando a selva.

A consequência, de acordo com Schmidt, foi a proliferação dos caminhões, que circulam pela floresta praticamente sem controle sanitário ou fiscal. Daí a facilidade com que podem disseminar doenças endêmicas como a dengue, a febre amarela e até a lepra. No caso do transporte aéreo, Schmidt alertou que a falta de controle possibilitou a montagem de todo um sistema autônomo para o contrabando de ouro dos garimpos, que se valem de uma exploração predatória na extração de minérios.

Quanto às possíveis soluções para o problema, Schmidt foi enfático: maior rigor na fiscalização, incentivo aos transportes fluviais e uma certa "moratória" na construção de estradas.

Poluição dos rios

A bacia Amazônica, sozinha, corresponde a 20% da água doce do planeta, e qualquer alteração capaz de causar impacto sobre a bacia, adquire uma importância mundial. Esta foi a premissa da qual o pesquisador americano Jeffrey Richey, da Universidade de Washington — que há 12 anos estuda o Amazonas e seus afluentes —, partiu para elaborar sua defesa dos rios da região no congresso.

Com base nos estudos que vem realizando, Richey constatou que existe uma grande interação entre as várzeas e canais principais. "Em alguns casos, 30% da água do meio do rio passou pela várzea", afirmou o pesquisador. Isso quer dizer que uma agricultura com produtos químicos ou a proliferação de garimpos a base de mercúrio nas margens dos rios podem contaminar as águas por um bom trecho. O simples uso agrícola e os desmatamentos excessivos nas margens já são suficientes para alterar o curso das águas e sua carga química, como aconteceu com o Ji-Paraná, em Rondônia. Richey defendeu o prosseguimento das pesquisas para se detectar com maior precisão a interação entre o Amazonas, os oceanos e a atmosfera.

Garimpos

Um voz discordante opôs-se à temática ecológica que predominou ontem no congresso. Foi a do conferencista José Altino Machado, ex-presidente e fundador da União Sindical e Associação dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), que falou a favor da mineração. Altino criticou os que defendem a natureza sem levar em conta o homem que nela vive, como os 800 mil garimpeiros que, segundo ele, estão espalhados pela região. E afirmou que, enquanto as preocupações se voltam para o uso do mercúrio na garimpagem, outros fatores, como a alta incidência de malária devido à falta de prevenção e assistência médica, são deixados de lado.

O texto sobre Meio Ambiente agrada os ecologistas

O texto do projeto da Constituição Estadual relativo ao meio ambiente, aprovado pela comissão de sistematização da Assembléia Legislativa, no último sábado, está tendo uma boa repercussão entre ambientalistas. Entre as emendas aprovadas estão aquelas que proíbem a instalação de usinas nucleares no Estado de São Paulo e a realização de um plebiscito para a instalação de reatores nucleares; controle dos agrotóxicos; proibição à caça; proteção permanente a manguezais, lagos e cavernas; além de obrigar a quem explorar os recursos naturais a recuperar o ambiente degradado.

— O texto do capítulo sobre o meio ambiente foi um avanço político muito grande — afirma Antonio Carlos Alves de Oliveira, membro da Oikos. — Principalmente o artigo sobre a questão nuclear, que representa a inequívoca vontade da população, mas vai criar uma polêmica a nível federal.

Isso porque, segundo Antonio, compete exclusivamente à União legislar sobre atividade nucleares. Para Djalma de Oliveira, presidente da Apoema (entidade ecológica do oeste do Estado), no geral o texto atendeu às reivindicações dos ecologistas. "Mas minha preocupação é que ele acabe se tornando letra morta, como o Código Florestal, de 1965, que nunca foi cumprido."

Já Cláudio Duarte, coordenador da Apedema (Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente), acha que as emendas foram bem formuladas, "mas a votação ainda vai sofrer pressão de lobbies empresariais". Ele alerta que ainda precisamos das leis complementares que darão regulamentação ao texto.